

Estratégias da Revolução Brasileira e a afirmação da *Incompletude do Capitalismo*

Isabel Mansur Figueiredo¹

Resumo: Na presente comunicação, buscaremos alinhar duas arenas de pesquisa interligadas: uma diretamente relacionada às interpretações sobre a formação social brasileira e outra à estratégia da revolução brasileira. Tais vertentes influenciaram de forma decisiva a configuração dos projetos políticos vinculados à classe trabalhadora no Brasil, fundindo-se em uma amálgama coerente que se expressa na estratégia democrático-nacional e, posteriormente, na estratégia democrático-popular. A primeira estratégia em questão diz respeito ao ciclo histórico referente ao projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até meados de 1960, enquanto a segunda se expressa no ciclo histórico vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) após o final de 1970. O destaque principal será dado à estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua realização sob a égide do Lulismo. A forma própria de consumação dessa estratégia é aqui abordada sob seu caráter de permanente tensão entre ruptura e continuidade, esforço de superação e enfim consentimento à revolução dentro da ordem. A questão da incompletude do capitalismo se apresenta como nexos sugestivo, um fio condutor subjacente às interpretações do capitalismo brasileiro evidenciado tanto no pensamento intelectual como nas estratégias de ambos partidos. Trata-se, portanto, de um desfecho categorial que busca interpretar criticamente as estratégias para revolução brasileira.

Palavras-chave: Estratégias, Revolução Brasileira, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista Brasileiro, Lulismo

Affirmation of Brazilian capitalism's incompleteness and interpretations of the Brazilian revolution.

Abstract: At the present communication an alignment of two intertwined arenas of research will be pursued: one directly related to the interpretations about the Brazilian social formation and other to the strategy of the Brazilian revolution. Such strands decisively influenced the configurations of political projects linked to the working class in Brazil, fudging into an coherent amalgam that express itself at the national-democratic strategy and, later, at the popular-democratic strategy. The first strategy in question refers to the historical cycle concerning the Communist Party (PCB) project until mid-1960's, while the second express itself on the historical cycle attached to the Workers Party (PT) from the late 1970's onwards. The main focus is given to PT's popular-democratic strategy and its realization under the contours of Lulism. The particular form of consummation of such strategy is here approached from the point of view of the permanent tension between rupture and continuity, efforts of overcoming and, at last, consenting to a revolution within the established order. The question of incompleteness of Brazilian capitalism shows up as a suggestive nexus, a subjacent thread of the interpretations of Brazilian capitalism, which are evident at the level of intellectual thinking as well as within both parties' strategies. Hence, the research deals with a conceptual apex that aims to critically interpret the strategies for the Brazilian revolution.

¹ Isabel Mansur Figueiredo é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (PPGSS/UFRJ) e graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ).

Keywords: Strategies; Brazilian Revolution; Workers Party; Brazilian Communist Party; Lulism.

Notas Preliminares

O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento, cujo tema diz respeito a análise de estratégias socialistas no Brasil. Frente aos limites de um artigo, tomaremos como fundamental para exposição o esquadramento e revisão de teses partidárias, perseguindo, em especial, as análises econômico-políticas sobre o Brasil e sua implicação frente à *natureza* (ou *caráter*) e às *tarefas* da revolução. Também nos parece importante demarcar que, em virtude de ser resultado da proposição de uma mesa redonda de debates, o presente artigo guarda perfil ensaístico, procurando levantar hipóteses para discussão. Trata-se, fundamentalmente, de sugestionar alguns nexos explicativos ainda em pleno processo de pesquisa.

Breve colocação do problema

Através da pesquisa “Espelho convexo: a questão da incompletude do capitalismo e as estratégias revolucionárias” pretendemos alinhar duas arenas de investigação intimamente interligadas, uma mais diretamente relacionada às análises da formação social brasileira e a outra ao debate sobre revolução brasileira, vertentes essas que influenciaram de forma decisiva a configuração das estratégias socialistas no Brasil. Estes dois corpos interpretativos se fundem numa amálgama teórico-política, que nomeamos *estratégia democrático-nacional* expressa no ciclo histórico que se refere ao projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do mesmo modo que virão a fundir-se na chamada *estratégia democrático-popular* do Partido dos Trabalhadores (PT).

A hipótese aqui aventada parte da percepção de que ainda que a estratégia do PT tenha suposto uma superação àquela do PCB – identificada com a da Internacional Comunista (IC) – figura-se, em sua realização efetiva, um retorno próximo aos pressupostos daquela que buscava negar. Tomando o *Lulismo* enquanto uma forma de expressão da estratégia democrática e popular e esquadramento seus fundamentos empíricos em resoluções de encontros, congressos e programas eleitorais, tornou-se possível perceber linhas de continuidade que fundamentam tal reaproximação. Sumariamente, o que nos parece alicerçá-la é a presença de uma lógica sub-reptícia que supõe a *incompletude do capitalismo*, fato que constrangeria as *estratégias* à dois momentos distintos: um no interior *da ordem* (emancipação política e econômica) e

outro *contra a ordem* (emancipação humana), levando a sua divisão em *etapas*. No projeto do PCB as etapas seriam formalmente assumidas, presumindo-se a incompletude da própria revolução democrático-burguesa e do capitalismo brasileiro; já na do PT o etapismo se expressará segundo um governo popular, que gradualmente e pacificamente efetivaria transformações por meio do pacto social e da via institucional-legal. Perseguir-se-ia a democratização do Estado sob hegemonia dos trabalhadores em dois momentos diferentes – um de governo e outro de transformações mais profundas.

A noção de *incompletude do capitalismo* é o desfecho categorial da análise aqui empreendida e não será encontrada de forma acabada na teoria partidária e nem mesmo no pensamento intelectual. Relaciona-se, em termos analíticos, com a leitura que imbrica a atipicidade da revolução burguesa e características particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Tal visão, ao expressar-se em delineamentos estratégicos, tende a interpretar as características estruturais deste capitalismo como óbices, *incompletudes* que devem ser suplantadas ainda no interior da ordem, ou, enquanto uma etapa – não realizada – da revolução brasileira. Grosso modo, seríamos um país cujo modo de produção é capitalista que em virtude da *forma* própria de seu desenvolvimento careceria, à sombra da fórmula democrático-burguesa, de um longo período de transformações *dentro da ordem*.

Se é bem verdade que a revolução socialista caminha lado a lado àquela que busca negar, ou seja, à revolução burguesa, também é verdade que as tarefas impostas à revolução socialista constituem frente a ela uma unidade em movimento, interrelacionando-se com o pôr-se em luta da classe. Por este motivo, a oscilação estanque e excludente entre reformas (dentro da ordem) e revolução (contra a ordem) nos parece retroceder à aceção de *etapas*, já tão criticadas pelo viés economicista-evolucionista responsável por positivar, indevidamente, parte da crítica de Marx à Economia Política².

Lulismo: Classe, Consciência e Estratégia Democrática e Popular

² Parece-nos claro que a idéia da substituição de um modo de produção por outro segundo etapas sucessórias e bem definidas não está autorizada a partir das análises empreendidas por Marx e Engels. A visão positivada do Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, adotada por Stalin e pela interpretação “oficial” do marxismo do Comitern, de forma nenhuma está em consonância com as conclusões de Marx. Não é preciso citar detalhadamente a obra desse autor para concluir o quão estapafúrdia é a versão que automatiza a contradição entre “forças produtivas” e “relações de produção” um obstáculo paradoxal que, só depois de superado permitirá o “livre desenvolvimento” e o amadurecimento de condições para transição ao socialismo. A versão automática, teleológica e linear das etapas de modos de produção serve-se, no limite, a desarmar o principal agente das transformações: o sujeito social, ou, a classe trabalhadora em sua mediação consciente e estratégica.

No ultimo período um rico debate tomou a cena sociológica brasileira: teríamos vivenciado, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e do PT, acúmulos rumo à transição socialista ou novas tensões no avanço do capitalismo brasileiro?

Entre diversos esforços empreendidos para conceituar o fenômeno do *Lulismo* e suas contradições, o de André Singer³ foi, sem dúvida, seminal. Grosso modo, o autor caracteriza o *Lulismo* como um período baseado em uma aliança de classes que permitiria, de forma lenta e gradual, implantar um programa de redução à pobreza a partir da ampliação do mercado interno de consumo de massas. Baseado em um pacto conservador e um reformismo fraco, o modelo Lulista “*simultaneamente, reproduz e avança as contradições brasileiras*” e é “*lento e desmobilizador, mas é reformismo*” (SINGER, 2012, p.28).

Somando manutenção da ortodoxia econômica com a política de promoção do mercado interno de forma estável, o *Lulismo* é caracterizado como um declínio do programa próprio da classe trabalhadora organizada – que pressuporia uma ruptura com o atual modelo econômico – e a afirmação de um programa de fração de classe: a do subproletariado⁴. Tal fração, devido basicamente à sua fragilidade econômica, precisaria ser construída “desde cima”. Carecendo da possibilidade de defender seus interesses de classe, a assunção de um projeto do subproletariado justificaria a escolha por deixar de lado, ao menos em um primeiro momento, o projeto de rupturas estruturais com a ordem. Importante notar que, ao analisar a trajetória da formação do *Lulismo* durante o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva e do PT, o autor retoma, na realização do programa a ele associado, uma problemática elementar no debate da revolução brasileira: a questão do mercado interno de consumo, um dos elementos que supomos ser elementar na tese da *incompletude* do capitalismo.

Na impossibilidade de ampliar o escopo da revisão bibliográfica sobre o tema, Singer se apóia em Caio Prado Júnior e Celso Furtado para demonstrar como a temática teria longa trajetória no pensamento social, econômico e político brasileiro. Assim, expõe os argumentos dos dois autores, para os quais um dos principais problemas do Brasil seria a existência de uma *massa de pessoas* sem condições mínimas de consumo que obstaculizaria, pela ausência de demanda, o desenvolvimento de atividades produtivas. Uma vez contraídas, as atividades produtivas teriam dificuldades de

³ SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴ Para caracterizar o subproletariado André Singer se remeterá ao conceito de Paulo Singer da década de 1980. Segundo o autor, seria razoável considerar “*subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita*” (SINGER, 2012, pag.77).

absorver essa mesma *massa* enquanto força de trabalho. Seria, enfim, um circuito fechado.

Reconhecendo a modificação de projeto do PT como um processo, o autor vê uma contradição entre a concepção de origem classista e câmbio de tom em relação ao Capital, e utiliza-se de uma metáfora para descrever “duas almas” petistas: a *alma de Sion* e a *alma do Anhembi*. O distanciamento da alma de fundação do PT (Sion) teria se aprofundando após a derrota eleitoral de 1989, mas irromperia de fato em 2002, véspera da chegada ao governo. Neste então, o radicalismo original classista seria arquivado pela “*Carta ao Povo Brasileiro*”, lançada no Anhembi. O *Lulismo* expressaria a síntese contraditória de ambas as almas fundidas em um só tempo. O modelo de redução da pobreza e manutenção da ordem firmava-se enquanto projeto nacional-popular sem necessária oposição aos interesses do capitalismo.

Se é possível estabelecer um momento específico que corresponda às mudanças acentuadas do PT, esta meta foge ao escopo de nosso trabalho. Houve, a nosso ver, longo processo de metamorfose cujos fios foram rastreados por diversos autores. Entre eles estão Iasi (2006)⁵ e Coelho (2005)⁶, que buscaram reler o movimento de transformação do PT em sua ligação com o processo de consciência da classe trabalhadora. Daí é que nos afiliamos, para fins desse trabalho, aos acúmulos por eles alcançados. Somando ainda a análise de Singer sobre o *Lulismo*, buscamos esquadriñar o caminho de interpretação da consolidação da estratégia e de sua *forma* de realização. O que está em questão, para nós, não diz respeito à tarefa limitada de interpretar os governos Petistas, mas a busca por compreender a maneira pela qual a classe trabalhadora leu a formação social brasileira e concebeu um projeto de superação da ordem, os alcances e os limites que essa mesma interpretação atingiu.

Como mediação do debate, a noção de estratégia aqui trabalhada se encontra indissociavelmente casada àquela de *ciclo histórico*, que remete-nos, por sua vez, ao ascenso e descenso do movimento da consciência de classe e o desenlace objetivo das alternativas por ela construídas⁷. Assim, uma estratégia não se define pelo modo ideal

⁵ IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe, o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁶ COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*.

⁷ Tal movimento de consciência, para ultrapassar a imediatividade alienada da relação social capitalista, deve necessariamente ser *élan* do processo da consciência “em si” à consciência “para si” de uma classe social em processo de luta. A mediação da classe social é, nas sociedades capitalistas, a unidade fundamental à qual se vinculam os indivíduos singulares enquanto seres sociais. O ser social, por sua vez, é fruto da materialidade das relações de produção que constituem sua sociabilidade, relações humanas concretas e imediatas, “*necessárias e independentes*” da vontade dos indivíduos particulares. Assim, a capacidade de transformação social e de conformação de uma estratégia para revolução só é plausível se mediada pelo sujeito coletivo – a classe social – e seus instrumentos de luta. A conformação destes instrumentos de classe remete ao evoluir do movimento da consciência de classe, tendo

que é formulada, mas como síntese do comportamento da classe portadora de um objetivo político em determinado período histórico. Ainda, o evoluir de sua consciência nada guarda de teleológico, linear ou progressivo, resguarda a possibilidade de avanços e retrocessos, da superação da consciência restrita aos limites da ordem até a conformação e consentimento impostos por essa ordem mesma.

Nesse sentido, a estratégia que se expressou no *Lulismo* em boa parte parece “trair” os princípios originais da estratégia do PT, mas não o faz. Ela se expressa como parte resultante da permanente tensão de consciência de classe, os limiares entre recuos e avanços em sua tarefa emancipatória⁸, que se reflete na fronteira entre a consciência corporativa e a consciência classista. Ao perseguir a construção do mercado interno de consumo de massas, o aprofundamento da democracia política, a diminuição de iniquidades regionais e de iniquidades raciais e sociais, a realização da estratégia democrática e popular petista se apresenta como projeto econômico-corporativo, uma etapa rumo à (suposta) superação das características desiguais do capitalismo brasileiro.

Encerrando a realização de uma estratégia com características nacionais-democráticas e populares, de transformações no interior da ordem, a estratégia expressa no *Lulismo* é o espelho convexo da estratégia do PCB. Muito embora o PT nasça negando qualquer semelhança com tradições anteriores, ao realizar sua estratégia o PT veste as roupas de antigos personagens. Vejamos, então, os fundamentos que permitem essa comparação.

A estratégia do PCB e da Internacional Comunista

O ano de 1922 chama atenção para alguns acontecimentos importantes na história brasileira, em especial a fundação do Partido Comunista, ocorrida em Niterói, Rio de Janeiro; a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; e a primeira de uma série de rebelião dos tenentes. Tais momentos, muito mais do que meros “eventos” são expressivos indicadores das densas modificações econômicas e políticas pelas quais o país passava. A grande novidade do ponto de vista de organização da classe

na consolidação da organização (em princípio) e na configuração de uma estratégia revolucionária, seus pontos máximos de culminância. Portanto, à discussão de método e teoria soma-se, à questão estratégica, o movimento de configuração da classe trabalhadora enquanto classe revolucionária (movimento da consciência) e a criação de instrumentos coletivos que universalizem as lutas dessa classe – ou seja, a constituição do *sujeito revolucionário*. Neste sentido é que o *instrumento político* (ou instrumentos políticos) e as formas organizativas que a classe construirá para enfrentar os problemas reais colocados à sua luta no enfrentamento à classe dominante, expressarão o movimento da consciência de classe, assim como dele serão expressão.

⁸ Uma configuração estratégica não pode ser entendida como resultado imediato de uma resolução política ou de momentos específicos do debate pelo qual passa o instrumento político da classe trabalhadora. Esta só pode ser apreendida, em seu âmago, se observada no devir de seu movimento, enquanto síntese do conjunto das suas opções táticas, objetivos estratégicos, natureza da revolução, programa de ação, via revolucionária, sujeito político (organização) e os determinantes históricos, a todo o momento influentes na materialização de sua configuração mais ou menos formalizada.

trabalhadora ficaria a cargo da fundação do Partido Comunista Brasileiro, sessão brasileira da Internacional Comunista⁹.

Do ponto de vista analítico o PCB caracterizou, entre os anos 1922 até os anos 1950, o Brasil como um país semicolonial com manutenção de características semi-feudais, porém em transição para o capitalismo. O imperialismo, tido como subjugação econômica frente às grandes potências imperialistas (fundamentalmente, no caso brasileiro, a Inglaterra e EUA) e a dependência externa evitavam o desenvolvimento de um capitalismo verdadeiramente nacional ao beneficiarem-se da exploração agrário-exportadora. Para desconstituição dos obstáculos ou entraves ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a derrocada do imperialismo e seus aliados internos, a *natureza* da revolução, para o PCB, seria democrática e burguesa e as *tarefas* imediatas *antiimperialistas, antifeudais, nacionais e democráticas*. Ainda que o PCB tenha adotado distintas táticas e vias rumo ao seu objetivo estratégico, entre elas a via insurrecional de 1935 e alianças consolidadas em *frentes* amplas as mais diversas, a *natureza* democrática e burguesa (ou nacional e democrática) da revolução acompanhou toda sua consolidação partidária, mesmo quando apresentou nuances significativas.

É no 2º Congresso (1925) que o PCB buscará reflexões mais densas para caracterizar a particularidade do capitalismo brasileiro. Neste então, a principal formulação que sustentará o debate será o conhecido texto “Agrarismo e Industrialismo”¹⁰, escrito por Otávio Brandão em 1924 com pseudônimo de Fritz Mayer. Brandão ([1924] 2006) procurou apresentar as particularidades da revolução brasileira e o papel que jogavam diferentes classes (ou frações de classe) supondo uma rivalidade entre o latifúndio (dominação agrária) e os setores industriais (urbanos). Aventava, então, a tese de uma disputa interimperialista no Brasil, segundo a qual a Inglaterra estaria ligada ao agrarismo e os EUA ao industrialismo, luta que teria como expressão interna a proximidade da burguesia industrial ao imperialismo norte-americano e de agraristas, latifundiários, cafeicultores, clericais e monarquistas aos financistas ingleses. Com a burguesia nacional ligada ao imperialismo, o partido construiria uma política centrada no revoltoso militarismo-tenentista pequeno-burguês.

⁹ O Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista – foi fundado entre 25 e 27 de março de 1922, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Já a Internacional Comunista (IC), fundada em 1919, também conhecida como III Internacional ou Comintern sucedeu a II Internacional (fundada em 1889) que foi diluída pela crise política gerada pela divisão dos países socialistas em torno da participação na Primeira Guerra Mundial. Ainda que o PCB não tenha sido reconhecido imediatamente como membro da IC, o que ocorreu dois anos depois do seu pedido de ingresso (1924), os fundadores do partido reivindicaram-no como sessão da IC desde a fundação.

¹⁰ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

Justamente por caracterizá-lo como um movimento pequeno-burguês, o PCB condicionaria a aliança com o tenentismo a um campo progressista alicerçado sobre o protagonismo das forças populares, sem que se deixassem conduzir pela pequena-burguesia. Assim, a natureza da revolução seria democrática e pequeno-burguesa.

Em consonância com a política de alianças ampliada delineada no seu 2º Congresso, o PCB passa a organizar o Bloco Operário, que em breve se transformaria no Bloco Operário e Camponês (BOC). A política do BOC, que propunha uma frente ampla momentânea, foi exitosa na eleição de 1927 e conduziu os primeiros vereadores comunistas a mandatos: Minervino de Oliveira e o próprio Octávio Brandão. É também no ano de 1927 que o PCB firmará tentativas de aproximações mais incisivas com o movimento tenentista, através de um primeiro ensaio de contato com Luís Carlos Prestes – então exilado na Bolívia. Ainda não seria o momento de sua entrada para o partido, mas o fato é que o PCB seguia, à risca, as alianças que afirmava em sua estratégia.

O 3º Congresso do PCB (1928) prima por analisar a dominação imperialista, a economia agrária, o problema da terra e a revolução democrático-burguesa. Atribuindo certa linha de continuidade entre colonização e heteronomia, o PCB afirmará a natureza semicolonial do Brasil. É flagrante, neste sentido, a formulação presente na Resolução do Congresso¹¹, segundo a qual “o Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente “independente””. Na sub-linha é possível entender que, apesar de politicamente independente, aspectos econômicos do período colonial predominariam na economia brasileira. Autonomia política é o elemento central na análise, ocultando, no entanto, a mudança de relação de exploração da força de trabalho, do escravismo colonial ao trabalho livre. Sendo a via do desenvolvimento autônomo – e, segundo os termos da resolução, “normal” – das forças produtivas obstaculizadas pelo imperialismo, a revolução deveria delinear-se no escopo democrático-burguês, enquanto uma *etapa* rumo à implantação do capitalismo autônomo e “normal”.

Na apresentação das *tarefas* da revolução é que surge, dentre outras, a “supressão de vestígios semifeudais”, indicando certa relação imbricada entre semicolonialismo e semifeudalismo. Ao que soa de imediato, a presença de um campesinato com característica servil produzindo em grandes latifúndios seria

¹¹ A partir dessa citação todas as aspas posteriores dizem respeito à Resolução Política do III Congresso Nacional do PCB (1929). Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

comparável aos restos semifeudais que, junto à manutenção da heteronomia econômica, criariam a argamassa mantenedora do pré-capitalismo. Devido à sua submissão, a burguesia nacional estaria aliada ao imperialismo e aos setores agrários, não constituindo uma direção revolucionária. Assim, a direção revolucionária ficaria a cargo da pequena-burguesia, e, como ela mesma só cumpriria as tarefas revolucionárias até certo ponto, o proletariado devia assumir a direção rumo às etapas seguintes. O apoio ao movimento revolucionário pequeno-burguês – leia-se, ao tenentismo – se veria submetido ao “conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa” obedecendo a solução da questão agrária, supressão de vestígios semifeudais e a libertação em relação ao capital estrangeiro.

Após o 3º Congresso a interferência da Internacional Comunista na vida política do PCB e em toda América-latina passa a ser constante¹². Em 1929, a própria direção partidária vai ser submetida ao intervencionismo da IC e seus dirigentes substituídos pela política “obreirista”, modificando “intelectuais” por dirigentes “genuinamente operários”. O VII Congresso da IC (1935), na esteira das resoluções que já haviam sido adotadas no VI Congresso (1928)¹³ reafirma a primeira etapa da revolução como “nacional democrático-burguesa” para formações sociais coloniais, semicoloniais e dependentes. Diante da necessidade de enfrentamento ao fascismo, a política da IC passa a afiançar-se em *frentes populares*, apontando para as unidades pluriclassistas e abdicando formalmente da tese *classe contra classe*.

No Brasil, mudanças importantes como a assunção de Vargas como presidente da república, a interferência direta da IC no PCB e o ingresso de Prestes às fileiras do partido (1934) se coadunam com significativas alterações no próximo período. Seria mais especificamente a tentativa de levante armado da Aliança Nacional Libertadora

¹² Conhecido também como “período de bolchevização” fruto da dogmatização do PC Russo sob direção de Stalin.

¹³ A fórmula *etapista* da revolução se deu a partir da universalização, via Internacional Comunista, de diretrizes político-revolucionárias para os países *coloniais, semicoloniais e dependentes*, que é fruto do VI Congresso da IC em 1928. Afirma-se, em seu 8º item, que “a revolução mundial do proletariado é resultado de processos de naturezas diversas que se efetuam em períodos distintos”, e passa a caracterizar três tipos fundamentais de revolução. O primeiro para “países de capitalismo de tipo superior” como EUA, Alemanha e Inglaterra; o segundo em “países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo” como Espanha, Portugal, Polônia e Hungria; e o terceiro mais diretamente relacionado ao Brasil e formações sociais de seu mesmo “tipo”: “c) países coloniais e semicoloniais, como China e Índia e os países dependentes como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para edificação independente do socialismo. Nesses países predominam relações de modo de produção asiático ou relações feudais-medievais, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontram-se nas mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. Nesses países **a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional**. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de **etapas preparatórias** e como resultado de um **grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista**.” (Programa de La Internacional Comunista, *apud* Mazzeo, 1999, p.286, grifos nossos).

(ANL)¹⁴ dirigida por Prestes, pelo PCB e concebida em acordo e sob aval do Comitern, que marcaria o naufrágio da estratégia até ali elaborada. Resumidamente, a Intentona Comunista esteve focada em uma revolta militar sem nenhuma base de massas. Apesar de insurrecional, mantinha em seu conteúdo a *natureza* nacional-democrática da revolução, prevendo a construção, em um primeiro momento, do governo popular nacional e revolucionário dirigido por Prestes. Após dura repressão poucas horas depois do início do movimento, a intentona fracassa, mas a heróica revolta quartelar entra para história. Seu resultado foi não só a forte repressão aos setores de esquerda como uma aliança de amplos setores com o palácio na busca por “acabar com o comunismo” (BASTOS, 1946)¹⁵. O período de caça aos comunistas se estendeu também após 1937, fortalecendo-se ainda mais durante o Estado Novo.

Após sofrer intensos *turnover* em sua direção política, o PCB opera sua guinada adesista à linha do VII congresso da IC lidando com fortes divergências internas. Sob processo de reconstrução do partido na Conferência da Mantiqueira (2ª Conferência do partido, realizada em 1943), delibera-se pela Frente Nacional com a burguesia industrial e o governo Vargas contra o Nazi-facismo. A *União Nacional Contra o Fascismo* perdurará até 1947 “caracterizando a versão do PCB do pacto entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América” (MAZZEO, 1999, p.71). A aliança permitirá ao PCB retornar ao cenário político institucional, concorrendo às eleições de 1945 com a plataforma de “aliança com a burguesia nacional” e colaboração com a “reconstrução democrática implementada pela burguesia” (MAZZEO, 1999, p.72). Nas eleições de 1945 a legenda elege exitosamente Prestes como senador e 15 deputados federais. Já em 1947, elege um suplente de senador, dois deputados federais e 46 estaduais, além de vereadores em vários municípios. Mas o Tribunal Superior Eleitoral extinguirá o registro partidário ainda nesse ano e os mandatos conquistados serão cassados no ano seguinte, 1948.

Frente a tal quadro desastroso, o PCB fará profundas críticas a sua anterior posição e acusará o governo Dutra de traidor e a serviço do imperialismo Americano. Ratificada em 1949, essa resolução crítica será difundida em 1950 como *Manifesto de Agosto*¹⁶. O manifesto promulga exame do PCB sobre o papel conservador da burguesia brasileira – uma burguesia de extração colonial que “nunca cumpriria tarefas da

¹⁴ Fundada oficialmente em 12 de março de 1935, a ANL constituiu-se enquanto uma frente ampla, associando socialistas, comunistas, democratas e católicos.

¹⁵ BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946, p.323.

¹⁶ Manifesto de Agosto de 1950. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/view

democracia burguesa”. Apontando um giro de formulação para revolução “nacional-libertadora”, a estratégia continua prevendo, no entanto, um momento anterior ao socialismo, cuja realização se daria sob direção do proletariado em uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, não mais em uma Frente Popular Pluriclassista.

Esse “sonho de ruptura” (MAZZEO, 1999) não terá vida longa. Novas nuances já se expressam no 4º Congresso do partido (1954)¹⁷. Nele, o PCB consideraria que “os monopólios norte-americanos freiam o desenvolvimento da indústria nacional e impedem a criação de indústrias básicas indispensáveis para libertar o Brasil da dependência econômica”. Tanto os setores industriais como os ligados ao comércio não se desenvolveriam por conta do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores frente à concorrência desleal com mercadorias fruto de importação (dos EUA, fundamentalmente). Os interesses do povo brasileiro reclamariam a ruptura com a política colonizadora norte-americana e a tomada de posição pelo caminho da “colaboração pacífica com os países amantes da paz; do entendimento em pé de igualdade com todos os povos; da defesa intransigente de sua soberania e da independência nacional.” Efetivada essa prioridade, o país poderia assegurar vastos mercados para sua produção e para o desenvolvimento de sua economia nacional.

O governo, para além de servil, seria parte da intervenção do imperialismo na vida nacional: “a causa desta política de traição nacional está no próprio regime de latifundiários e grandes capitalistas, cujos interesses o atual governo representa”. Para superar o governo “inimigo do povo” o Brasil precisaria de outro governo que efetivasse as “transformações democráticas” alcançadas pelo “governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.” Assim, o governo democrático de libertação nacional é apresentado como “um governo autenticamente *democrático e popular*. Será um governo patriótico e de paz, de defesa da soberania e da independência nacional”. Seria o governo “da salvação do Brasil e da felicidade do povo brasileiro”.

Por último, mas não menos importante, afirma-se que “o Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas”, o que leva à afirmação da revolução democrática e nacional-libertadora (agrária e antiimperialista)

¹⁷ A partir dessa citação todas as aspas posteriores dizem respeito a Resolução Política do IV Congresso Nacional do PCB (1954). Disponível em https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=142:resolucoes-do-iv-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

que forje um novo regime a partir da mais ampla frente-única, a frente democrática de libertação nacional, antiimperialista e antifeudal. Nesta luta “libertadora” os operários e camponeses constituem a força principal, e, junto às outras forças antiimperialistas e antifeudais levariam a cabo o “regime democrático e popular”.

Sob a conjuntura regressiva de 1958¹⁸ o PCB lança a conhecida *Declaração de Março*¹⁹. Nela se mantêm os principais elementos aprovados no 4º Congresso, afirmando-se como nacional-libertadora a etapa da revolução. Tal etapa devia ser fruto da ação de uma Frente Única Nacionalista e Democrática constituída pelo proletariado urbano e rural, a pequena-burguesia e patriotas da burguesia nacional, privilegiando-se a *pressão pacífica de massas*, o *gradualismo* e a centralidade *institucional-legal*. Antecipando o 5º Congresso do partido realizado em setembro de 1960, a Declaração de Março consolida a política de *coexistência pacífica* implantada após o relatório Krushev²⁰ e firmará a estratégia democrática e nacional segundo a versão das reformas estruturais gradualistas. Nele²¹, o PCB apresenta a leitura de que o Brasil teria seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra, e, portanto, as tarefas revolucionárias fundamentais seriam: a emancipação nacional, a eliminação do latifúndio ou da estrutura agrária atrasada, a conquista de liberdades democráticas e a melhora de vida para as massas populares.

A leitura do partido indicava o problema monopolista em dois aspectos: o capitalismo monopolista americano, por um lado, e o persistente monopólio da terra pelos latifundiários, por outro. Os monopólios americanos se apropriariam das vantagens de uma exploração desenfreada da força de trabalho enquanto o monopólio da terra continuaria se beneficiando de trabalho arcaico, com baixa produtividade, cujas características pré-capitalistas permitiriam elevada exploração dos trabalhadores. **Obstaculizavam, assim, o desenvolvimento da agricultura, da industrialização e restringiam a expansão do mercado interno.** A dualidade entre setor moderno e arcaico se apresentaria sob a versão monopolismo industrial americano (urbano

¹⁸ No plano nacional o Brasil vivia sob a forte crise do suicídio de Vargas, enquanto, no plano internacional, o relatório Krushev denunciara os crimes do período Stalinista abalando o comunismo internacional.

¹⁹ A partir dessa citação todo conteúdo posterior diz respeito a Declaração de Março (1958). Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate

²⁰ O relatório Krushev e elementos da estratégia retomada no congresso serão base para primeira cisão política expressiva do partido: o PCdoB nasce como fruto da controvérsia Internacional e do processo de “nova legalização” do partido – a partir dali com o nome de Partido Comunista Brasileiro – em 1962.

²¹ A partir dessa citação todo conteúdo posterior diz respeito a Resolução do V Congresso do PCB (1960) https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

industrial) e monopólio da terra (agrário) que explorava relações arcaicas e pré-capitalistas. Reconhecendo profundas mudanças pelas quais o capitalismo brasileiro teria passado naquele último período, apresenta, como obstáculo, o próprio do evoluir do capitalismo brasileiro: “marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações”. Assim, a despeito do acelerado desenvolvimento econômico, o Brasil não teria superado o subdesenvolvimento, pois o “curso atual de desenvolvimento econômico, que se adapta à **dependência com relação ao imperialismo** e à **conservação do monopólio da terra**, agrava as condições da sociedade brasileira, sem superá-las”. Contrapor-se-iam aos fatores de entrave “a industrialização” ou “desenvolvimento do capitalismo nacional” – tratados no texto como sinônimos – elementos progressistas que impulsionariam as forças produtivas. Já adotando uma linguagem bem mais próxima às premissas do nacional-desenvolvimentismo, o **desenvolvimento interno**, ele mesmo, seria apresentado agora como uma nova versão de etapas. Outrora o imperialismo aliado a agrarismo mantinha a condição pré-capitalista do Brasil, agora o imperialismo monopolista americano e o setor monopolista agrário solidificavam, imbricados, obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo nacional. A representante autêntica do capitalismo nacional, a burguesia nacional, estava impedida pelo Imperialismo e pelo Agrarismo de construir o autêntico nacional-democrático-burguês.

Modificadas, portanto, seriam as considerações sobre a “burguesia brasileira”, que, para levar a cabo a expansão de seus negócios, poderia potencialmente se chocar com o imperialismo. Na realidade concreta, no entanto, ela se escusaria a esse papel antiimperialista, pois, devido à sua debilidade, devia a ele concessões. A resultante seria uma burguesia de dupla-face: uma potencialmente revolucionária, “capaz de opor-se à dominação imperialista” e outra submissa ao imperialismo. Um único elemento faria com que as aventuras revolucionárias da burguesia nacional se frustrassem: seu medo da ação independente das classes trabalhadoras. Quando sua classe opositora entrava em cena, a burguesia procurava “restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos”. Inconseqüente enquanto força política, essa burguesia se veria cindida entre a parte “entreguista” (base social interna da dominação imperialista) e a “nacionalista” (potencialmente antiimperialista). Assim, os comunistas buscariam realizar as tarefas da *etapa* da revolução junto a “todas as forças patrióticas e

progressistas”, com a certeza de que constituiriam “uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo”.

Vale destacar que, apesar das constantes e abruptas modificações de linha política expressarem tensões entre diferentes leituras da realidade social brasileira, a natureza da revolução permanece sendo, desde o primeiro período do partido, a *nacional e democrática*. Se ela seria consumada pela pequena-burguesia, pela burguesia nacional ou pelos setores populares em uma frente de libertação nacional, é fato que se faria necessária, ainda, uma revolução dentro da ordem para livrar o capitalismo de empecilhos e promover seu desenvolvimento “normal”.

De tal forma, a formulação de *etapas* da revolução traduzida segundo a versão de *etapas* do desenvolvimento, toma uma conotação interna à ordem. A partir da aplicação pacífica das reformas estruturais pela via institucional-legal e gradual, se desenvolveria o capitalismo brasileiro. A ampla aliança nutria expectativas frente à burguesia brasileira e, mesmo sem atribuí-la imediato protagonismo histórico, criava, sobre ela, uma expectativa latente.

Poucos anos depois os limites da *estratégia democrática e nacional* do PCB viriam a se expressar. Na virada de 31 de março para 1º de Abril de 1964, o golpe de Estado que durou 21 anos foi protagonizado pela aliança entre burguesia brasileira, militares e o imperialismo. A contra-revolução preventiva preveniria não só o comunismo, mas qualquer etapa “progressista” sugerida pela estratégia do PCB.

Espelho Convexo: PT entre a revolução *contra a ordem* e a revolução *dentro da ordem*

Os anos finais da década de 1970 trazem de volta à cena política a agitação massiva, anunciando e contribuindo com o esgotamento da ditadura empresarial-militar no Brasil. Amplos movimentos sociais e populares ganham expressão, notoriedade e a classe trabalhadora “entra em cena” novamente. Passo a passo as lutas fragmentárias afluirão formando um todo, um movimento de consciência classe que se fundirá em um projeto político com identidade e lideranças próprias.

Não é exagero dizer que os ciclos das greves metalúrgicas de São Bernardo em 1978 e 1979 marcam, definitivamente, a história do Brasil. Após a forte repressão, na década anterior (1968) sobre as greves de Contagem e Osasco, a manutenção da resistência “silenciosa” dos trabalhadores abrirá o novo ciclo. O rebento desses amplos movimentos de massas marcará, também, o desgaste político do regime abertamente autocrático, dando voz às contradições sociais e conflitos de classe agudos. Seu

resultado mais direto será a formação do PT e a própria abertura democrática, que apesar de *lenta, gradual e segura*, sofrerá pressões *de baixo para cima*.

O Partido dos Trabalhadores, congregando a diversidade dessas lutas, vai ser o elo onde confluirão distintas experiências. O processo de aglutinação e de construção da identidade do PT se processou, desde o início, a partir de tensões. Desde suas origens, o PT se afirmava como um partido “diferente de tudo o que já houve antes”, fruto de um “sindicalismo autêntico” e de “novos movimentos sociais”. Deitando raízes sobre a recusa às experiências vivenciadas pela esquerda até então, a afirmação primária da identidade petista tomou – em diversos momentos – conotação hierarquizante e auto-proclamatória. Evidente, é claro, que toda nova experiência da classe trabalhadora traz consigo elementos de novidade, mas não tratará jamais de uma repetição mimetizada de outras experiências. Enquanto novas, negam, conservam e superam ensaios anteriores, superando dialeticamente outras vivências. A tarefa histórica do PT, a nosso ver, testemunharia os desafios expostos pela derrocada do ciclo histórico da estratégia democrática e nacional do PCB, superando-a (e a rerepresentando) em nova qualidade: na consolidação de uma *estratégia democrática e popular* que levasse à transição socialista.

A intensa disputa política de rumos foi pano de fundo para a construção do perfil organizativo e estratégico do PT. Como afirma Coelho (2005), em alguns casos “o conflito evoluiu até o ponto da ruptura do consenso de base da unidade partidária, com a expulsão de tendências” (pág. 69). O processo de delineamento da estratégia do PT não deixa de ser o processo de afirmação de uma direção, “afinal, o PT tal como ele se configurou foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado *a priori*.” (pág.49). No desenvolvimento do processo, os elementos que basilaram os princípios fundantes do PT, apesar de permanecerem como fundamentos da unidade em torno da construção da organização, vão se transformando em tom, matizando, pouco a pouco, a definição da concepção de estratégia petista.

A conhecida “Tese de Santo André e Lins”, aprovada em janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), afirma a necessidade de construção de um Partido de Trabalhadores: “um partido sem padrões”²². Perseguindo “uma sociedade socialista e democrática”, o PT nasceria comprometido com “a democracia plena (...), pois não há

²² Todas as aspas a partir dessa citação referem-se ao documento “Carta de Princípios do PT, 1º de Maio de 1979.” Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadepincipios_0.pdf

socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”. O documento político pioneiro traça as linhas básicas: horizonte estratégico socialista, democracia como conteúdo e meio de alcançá-lo²³.

A Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT acumulará, no intento de aprofundar um método e elementos políticos para uma concepção Programática, alguns “Pontos para a elaboração do Programa”²⁴. Queremos destacar, nessa formulação, aspectos essenciais. Em primeiro lugar, a afirmação do perfil democrático, segundo o qual a “conquista da democracia é uma condição fundamental para que as classes sociais exploradas e espoliadas não sejam jogadas ao gueto da não-participação, do isolamento e da discriminação”, seria acompanhada da “Democratização da Sociedade e do Estado”. A democratização do Estado deveria figurar como um dos elementos principais do projeto do PT, não a partir de frases abstratas, mas concretas, pois assim, “o PT estaria contribuindo não apenas para sanar uma grave carência, e o que é mais importante, estaria preparando uma educação para a hegemonia”. O processo de democratização, casado à construção de hegemonia “é o tipo de organização que deve ter um partido dos trabalhadores, democrático, de massas, e revolucionário ao mesmo tempo.” Por outro lado, em relação à questão econômica nota-se que o perfil anticapitalista do partido relacionar-se-ia diretamente à necessidade de organização e conquista de hegemonia pelos trabalhadores, afirmando que **“se não acreditamos que não pode haver “capitalismo civilizado”, por vontade da grande burguesia e do Estado (...)”, será “a organização dos trabalhadores, de outros setores sociais, e enfim das grandes majorias de nossa população que anulará as formas mais desenfreadas de superexploração”**.

O ano de 1980 data a fundação do partido. Cerca de 1.200 militantes vindos de 18 estados do país se reúnem no Colégio Sion e aprovam, por aclamação, o Manifesto de Fundação. Reafirmando a independência política e o compromisso com a construção da “democracia plena exercida diretamente pelas massas”²⁵ por meio de uma força política autônoma dos trabalhadores, o PT pretendia-se como “real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Independência de classe, democracia sob

²³ A Declaração Política e a Plataforma Política são aprovadas pouco tempo depois junto à eleição da direção do movimento de construção partidária reafirmando esses elementos básicos e avançando na definição programática. Liberdades democráticas, melhores condições de vida e de trabalho e questão nacional são os eixos principais da plataforma. Na Reunião realizada em 13 de outubro de 1979 – São Bernardo do Campo/SP é lançado oficialmente o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores.

²⁴ Todas as aspas a partir dessa citação referem-se ao documento “PONTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA. Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT. Extraído de Mario Pedrosa. Sobre o PT. São Paulo, Ched, 1980, p. 83-106.”

²⁵ Todas as aspas a partir dessa citação referem-se ao documento “Manifesto do Partido dos Trabalhadores. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 65-6.

hegemonia dos trabalhadores e a persecução do governo dos trabalhadores iam se firmando como pedras angulares da configuração estratégica, *pari passu* à consolidação de uma identidade petista.

Será no 1º Encontro Nacional do partido (1981) que o movimento pelo PT toma forma legalizada. O discurso de Luís Inácio Lula da Silva marcará definitivamente o Encontro. Nele, Lula caracteriza o PT como um partido socialista recusando os caminhos socialdemocrata, trabalhista e socialista burocrático: o “socialismo petista” teria originalidade própria. Além disto, no que diz respeito à questão interna, “a disputa entre duas camisas” vai ser a metáfora para explicitar (ou construir) uma cisão entre dois perfis estanques de petistas. A idéia de *duas camisas* buscava caracterizar como desleal a participação de organizações com tradições próprias e veio a ter forte impacto sobre o debate interno partidário. Mais do que uma prática de *entrismo* de fato, essa maneira de estabelecer uma diferenciação demarcada terá influência na gênese do “grupo majoritário do PT”, criando elementos de identificação a partir da afirmação de um “petismo autêntico” e “verdadeiro”, cujo perfil popular respeitava os rumos escolhidos pelos trabalhadores, ao contrário daqueles de tradição marxista.

Já no 2º Encontro Nacional (1982)²⁶ as eleições aparecem como “primeiro passo para o socialismo que queremos”, e firma-se como momento anterior ao objetivo estratégico socialista. A despeito disso a importância do socialismo não perderia sua centralidade, pois o título “só o socialismo resolverá de vez o nosso problema” seria 12º eixo do documento. Permeado por forte afirmação da autonomia dos trabalhadores, o partido seria uma expressão, no processo eleitoral, dos anseios da própria classe: “Confie em você, vote no PT”. O contexto eleitoral é marcado pela primeira eleição direta para governadores desde a década de 1960, sob legislação eleitoral que previa o *voto vinculado*, ou, a votação em um único partido para todos os cargos em disputa. O resultado geral foi desanimador: o PDS (partido do governo) se aproxima ao resultado dos partidos de oposição somados – PMDB, PDT, PTB e PT. Segundo avaliação da direção petista “os resultados eleitorais foram fracos, abaixo de nossas expectativas mais pessimistas”. A polarização entre votos no governo e na oposição seriam expressão da busca pela derrota imediata do governo, pois “ficou claro, na campanha, que o povo – mais explicitamente o eleitorado oposicionista – queria promover uma mudança imediata, ainda que não substancial”. Do ponto de vista da autocrítica

²⁶ Todas as aspas a partir dessa citação referem-se ao documento “Plataforma Eleitoral Nacional” Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

partidária, “o PT acenava com mudanças de longo prazo, sem conseguir ligar nossa proposta de mudanças estruturais na sociedade com as questões mais sentidas pelo povo agora”. A ligação entre conquistas imediatas e projeto de mais longo prazo era colocada pela primeira vez em questão. O partido precisaria se identificar menos com uma visão doutrinária, e mais com as “questões imediatas do povo”.

O 3º Encontro Nacional do Partido (1984), o Encontro Extraordinário (1985) e o 4º Encontro (1986) serão aqui tratados em conjunto. A avaliação frente ao baque eleitoral tencionará a busca por “traduzir o objetivo de organizar politicamente os trabalhadores em propostas concretas, isto é, num projeto alternativo para a sociedade”²⁷. Reafirmando e ratificando o compromisso com as *Eleições Diretas Já* no 3º Encontro, no Encontro Extraordinário o PT ratificará o boicote ao Colégio Eleitoral indireto em documento titulado "Contra o continuísmo e o pacto social". Aprova-se, também, a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana. Já no 4º Encontro, o partido esquadrinha caracterizações sobre a formação social brasileira, iniciando um processo de busca por consistência programática que relacionasse as concepções do PT e as necessidades imediatas do povo. Importante ressaltar que, no que diz respeito à leitura das características do capitalismo brasileiro, o seu alto grau de desenvolvimento teria se dado de forma “**subordinada e dependente** do capitalismo internacional”²⁸ e estaria marcado por profundas **desigualdades regionalizadas**.

A estratégia democrática e popular, aprovada no 5º Encontro do Partido (1987), indicou uma leitura apurada sobre a formação social e econômica no Brasil e interpelou conclusões estratégicas contundentes. Além do reconhecimento da necessidade de definir-se estrategicamente, afirma-se a “conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil”²⁹ como “principais objetivos estratégicos do PT.” A busca por caracterizar aprofundadamente a formação social brasileira é que permitiria erigir a estratégia, táticas, programa e alianças que fundamentariam a disputa por um governo democrático e popular “capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia (...)”. Esse governo traria, em si, um duplo sentido,

²⁷ 3º Encontro Nacional do PT, “Teses para a atuação do PT”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

²⁸ 4º Encontro Nacional do PT, “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986/87/88”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

²⁹ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 5º Encontro Nacional do PT, “Resoluções Políticas”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

(...) em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, **e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária**; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de **medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista**. Por essas condições, um governo dessa natureza **não representa a formulação de uma nova teoria das etapas**, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, **na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular**. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS, 5º ENPT, 1987, *grifos nossos*)

Vale destacar, ainda, que mesmo refutando explicitamente a semelhança com qualquer nova versão de etapas, o documento delinea a diferença clara entre dois momentos estratégicos: o de chegada ao governo e o da transição socialista³⁰.

A caracterização das *tarefas em atraso* ou tarefas democráticas e populares a serem cumpridas por um governo petista se segue a uma avaliação sobre o capitalismo brasileiro. Segundo a parte do documento relacionada às táticas das resoluções, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria passado por uma acelerada expansão impulsionando o crescimento do setor de serviços e de um parque industrial moderno, criando condições para que o capital financeiro e as relações mercantis penetrassem em áreas rurais. Contudo, esse crescimento teria se dado através “da **ampliação da dependência** do país em relação ao capitalismo internacional, bem como da **superexploração do trabalho** e da **prevalência do capital monopolista**”. O conjunto da resolução afirmará como características específicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a manutenção do monopólio da propriedade privada da terra de modo subordinado ao imperialismo (e seu sistema financeiro), a recorrência incessante à força repressiva para mediar relações entre capital e trabalho. Ainda, a “**incapacidade do capitalismo incorporar (...) milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer sua hegemonia política na sociedade**”, o que estaria “**na raiz das freqüentes intervenções militares na vida do país**”. Assim, apresentar-se-ia a necessidade de uma direção “capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio — tarefas não efetivadas pela burguesia”.

Note-se que a formulação parte da constatação de uma acelerada expansão pela qual teria passado o capitalismo no Brasil, consumando um Estado Democrático e

³⁰ “Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.” (RESOLUÇÕES POLÍTICAS, 5º ENPT, 1987).

relações de latifúndio integradas “à ordem capitalista, seja como agrobusiness ou mesmo como forma tradicional subordinada, assim como sua expressão de classe se associa com a burguesia e o imperialismo sem maiores problemas”. Partindo do patamar do desenvolvimento do capitalismo no sentido aqui apresentado, a tarefa conseqüente para classe trabalhadora seria a de **efetivar a hegemonia política nunca conquistada pela burguesia**, raiz dos freqüentes regimes autoritários na vida social brasileira: “o maior problema da burguesia brasileira (...) decorre da própria história da formação do capitalismo no Brasil.” Aqui, “ao contrário de outros países” o capitalismo teria se “desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital”. Integrando-se “de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo” o capitalismo teria se desenvolvido **sem hegemonia política**, e, portanto, de *forma* dependente e autoritária. Assim, a natureza da revolução *democrática e nacional* devia ser substituída pela natureza *democrática e popular*, que concretizaria, sob hegemonia popular, as tarefas não efetivadas pela burguesia. Essa disputa de hegemonia concretizar-se-ia a partir do acúmulo de forças em três eixos centrais: independência de classe, construção do movimento sindical classista e ocupação de espaços institucionais nas eleições. O 5º Encontro lança, além dessas, outras bases para a concepção estratégica petista. Até agora, podemos resumir: objetivo estratégico socialista; a democracia como conteúdo e meio de alcançá-lo; hegemonia política que deveria ser exercida pela classe e setores populares; uma tática de aliança com setores democráticos e populares; um programa democrático e popular com tarefas antiimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias, tarefas em atraso não efetivadas pela burguesia; uma política de acúmulo de forças por dentro e por fora da institucionalidade – a teoria das pinças. O Programa Democrático-Popular aparece como eixo articulador da estratégia e do objetivo estratégico socialista, uma vez que, pela via eleitoral, a execução do Programa poderia levar às grandes reformas.

O 6º Encontro Nacional (1989) se inscreve no contexto pós Constituinte de 1988, no qual se avaliam as eleições presidenciais de 1989 como possível representação do fim da “transição conservadora”³¹. O Programa do Governo Democrático-Popular e o Governo Democrático-Popular seriam "instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual" podendo "abrir condições para a

³¹ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 6º Encontro Nacional do PT, “As eleições presidenciais e a candidatura Lula”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

disputa de uma alternativa de poder". No PAG (Plano de Ação de Governo)³² é avaliada a necessidade de construção de uma “democracia efetiva da maioria”, pois a forma como o Estado estaria estruturado no Brasil seria responsável por garantir a marginalização e exclusão da maior parte da população da vida política. Para modificá-lo o PT defendia “a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada.” A política do governo democrático-popular em relação ao setor público deveria passar pela “desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento” com “a recuperação do planejamento do poder de regulação e orientação da economia.” O Estado devia ser capaz de garantir a distribuição de renda e a modernização produtiva. Os pressupostos de um novo modelo econômico orientariam as políticas específicas do governo e toda mudança estrutural devia se orientar pela **desconcentração de renda e elevação do padrão de vida**.

O 7º Encontro Nacional (1990) se dá já sob a derrota da candidatura Lula e da vitória de Collor, além da queda do muro de Berlim e do Socialismo Real. Ele pode ser considerado o princípio de uma inflexão segundo a qual seria necessário adjetivar ainda mais o “socialismo petista”³³, aprofundando sua feição gradual e pacífica. Iniciando por uma avaliação sobre a eleição ainda recente, a eleição de Collor era lida como um “desfecho contraditório da transição conservadora”³⁴. No sentido de atualizar sua tática para enfrentamento ao novo governo, o PT deveria “reafirmar as Resoluções do 5º e 6º Encontros” além de “empreender uma reflexão sobre nosso partido, sobre o caráter do Governo Collor e, particularmente, sobre o socialismo”. Condenando uma relação “tática” com a democracia, a resolução afirma a democracia como “um valor estratégico”.

O 1º Congresso do PT (1991) vai retomar a discussão sobre o socialismo, caracterizando-o, cada vez mais, como um *horizonte*. Permeado já por intensa disputa antimarxista, figuras de peso como Aloísio Mercadante e José Dirceu apontavam para necessidade de abandonar o marxismo e não ceder, no interior do partido, ao Leninismo. Assinalando os rumos de uma esquerda democrática e pluralista, retoma-se a discussão sobre o socialismo à luz da nova situação internacional, reafirmando o *socialismo petista* e o lugar da disputa de hegemonia na estratégia de acúmulo de forças do PT.

³² A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 6º Encontro Nacional do PT, “Plano de Ação de Governo”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

³³ 7º Encontro Nacional do PT, “O Socialismo Petista”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

³⁴ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 7º Encontro Nacional do PT, “Conjuntura e Tática”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

Podemos observar, na formulação que aparecerá mais explicitamente no documento da Articulação Unidade na Luta (corrente majoritária do PT) ao 1º Congresso, uma avaliação de que o PT, após 1989, teria como principal tarefa estratégica a de disputar o governo federal.³⁵

O PT estaria comprometido, segundo as Resoluções do Congresso³⁶, com a “democratização do poder”, o caminho progressivo da “democracia e da liberdade” que se daria processualmente a partir da democratização da sociedade civil, chegando até a “ordem da cidade plena”. O “acúmulo de forças” não deveria ser tão longo assim, e mesmo no terreno econômico a “socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da sociedade civil” aparece como elemento fundamental.

O 8º Encontro Nacional (1993)³⁷ acontece após o impeachment do governo Collor, que deixa como sucessor o seu vice, Itamar Franco. O Encontro começa a acertar contas com as resoluções passadas em clima de intensa divergência, resultando, inclusive, na cisão da Articulação e a formação da Articulação de Esquerda. Perseguindo a manutenção da formulação democrática e popular vinculada à estratégia socialista, o documento final mantém o essencial das características até ali afirmadas nas formulações estratégicas, mas transita sutilmente em relação à caracterização do lugar do “governo” e o do projeto estratégico do “socialismo petista”.

Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraíza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. **Nem, tampouco, confundimos o programa do Governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais.** Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, **mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social.** É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS, 8º ENPT, 1993, *grifos nossos*)

A busca pela construção de um movimento que envolvesse amplos setores da população em torno de “reformas estruturais” de caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiários basear-se-ia numa plataforma programática que deveria unificar as “maiorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade

³⁵ “Até 1987, a disputa por hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, **a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais**, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.” (Por um Brasil Democrático e Popular. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS p. 14.)

³⁶ 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

³⁷ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 8º Encontro Nacional do PT, “Por um Governo Democrático e Popular”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do socialismo.”

Diferenciando-se do projeto de “reformas estruturais” que acreditava “poder conciliar interesses antagônicos” (nacional-populismo) e o que “imaginou poder fazer as mudanças sem o povo – ora contando com o apoio da burguesia para as reformas democráticas, ora aderindo ao vanguardismo” (PCB), o projeto petista teria um plano estratégico distante do “governo de união nacional”. O projeto seria alicerçado em forças de luta demarcadas em campo democrático e popular e devia impor uma derrota à burguesia: “ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria”, ou ela, ao vencer os setores populares, “realiza seu programa de apartheid social”. Como vimos, o projeto muda em matiz, mas não em conteúdo, pois prevê a independência de classe e a realização de reformas estruturais como elo de transformações econômica e política intensas, cujo objetivo era o de incorporar a “maioria da população à cidadania e ao consumo”, processo que deveria se transformar em “metas nacionais.” A formulação, no entanto, demoraria um pouco mais para expressar seu hiato completo, ou, melhor, o hiato entre etapas.

O 9º Encontro Nacional (1994) não altera substantivamente as resoluções do 8º, mas apresenta a luta pela conquista do governo democrático e popular, diante da conjuntura de grande possibilidade de vitória do PT, como ação prioritária do partido. As "Bases do Programa de Governo"³⁸ trariam um título curioso: “Uma revolução democrática no Brasil”. Os passos do PT aprofundavam, a cada eleição nacional, a necessidade de se tornar um partido com mais mediações que possibilitassem a chegada ao governo.

A tônica *sui generis* da *Revolução Democrática* se afirmaria, no entanto, ao longo de toda década de 1990, em especial na oposição ao “neoliberalismo” dos dois sucessivos governos de Fernando Henrique Cardoso. Durante esse período, o PT passa pelo 10º ENPT (1995), 11º ENPT (1997), um Encontro Extraordinário (1998), o 2º Congresso partidário (1999) e o 12º ENPT (2001). A década de 1990, em especial após a derrota de 1994, foi moldando o partido de forma a assumir-se uma inflexão moderada mais intensa. Vejamos.

³⁸ “Uma Revolução Democrática no Brasil - Bases do Programa de Governo Partidos dos Trabalhadores”. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/basesdoprogramadegov.pdf>

O 10º e o 11º Encontros, ocorridos ainda durante o primeiro governo de FHC, afirma o projeto popular em três eixos básicos: reformas sociais, defesa da Nação, e defesa de democracia. Entre o 10º e o 11º, no entanto, o termo “reforma” é suprimido, restando o *social, nacional e democrático*. Neste sentido, a defesa dos interesses da Nação exigiria “uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e valorização do trabalho”.³⁹ A afirmação da soberania não trataria de isolar o país em relação ao mundo, “mas de assegurar a complexidade do nosso sistema produtivo, garantindo maior equidade social (em um País que detém a pior distribuição de renda do planeta)”. Seria necessário congregiar “forças sociais amplas” em torno de um projeto “para a sociedade brasileira”, alternativo tanto ao “neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco”. Já no 11º Encontro⁴⁰, explicita-se a decisão de “articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas”, de forma a “construir um pólo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso País”. Segundo posicionamento do Encontro, “somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história”, e oferecer “uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal”. Também é afirmado um amplo arco de alianças, cuja centro de aglutinação se daria pelo critério de oposição ao governo neoliberal. A ampliação das alianças e a tônica nacional em oposição ao avanço neoliberal vão se firmando, questionando a dependência associada ao capital internacional e a liberalização, mas moderando o tom das alternativas possíveis: nem tanto as reformas estruturais, nem tanto o democrático popular, a alternativa agora seria representar o “conjunto da sociedade” em torno da Nação.

Em 1998, ano após aprovação da emenda da reeleição que possibilitaria nova candidatura de FHC, o PT realizará um Encontro Nacional Extraordinário, em especial para discussão eleitoral. Mantida a tática de “alianças mais amplas que o campo democrático-popular”⁴¹ em nível nacional e estadual, “o que deve definir nossas

³⁹ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 10º Encontro Nacional do PT, “RESOLUÇÕES POLÍTICAS”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

⁴⁰ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 11º Encontro Nacional do PT, “RESOLUÇÕES POLÍTICAS”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

⁴¹ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao Encontro Extraordinário do PT, “O Fim de um Ciclo”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita”. Assim, o PT deveria manter a Frente que congregava PT, PSB, PCdoB e agregar o PDT, sem excluir, no entanto, parte do PMDB que se opusesse ao governo e ao neoliberalismo. A chapa Lula-Brizola se apresentaria para as eleições daquele ano. Sob os eixos “social”, “democrático” e “nacional”, se reafirmam os fundamentos do Programas de Governo de 1989 e 1994, perseguindo um projeto democrático e popular. O detalhe é que o governo democrático e popular não se confundiria com o socialismo petista, e nem tampouco com o socialismo dos outros partidos da Frente. O Programa seria parte de “uma estratégia de transformação global do País” e de “ruptura com o neoliberalismo”. Uma candidatura que permitisse estabilidade e crescimento sustentado, assentando-se em três eixos: “distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade”. O social se articula ao econômico, ambos impedindo a “desindustrialização e desnacionalização do País” e promovendo o “desenvolvimento baseado na distribuição de renda e expansão do mercado interno”.

Após nova derrota e rumo à disputa de mais uma eleição, o PT realiza, após seu 2º Congresso (1999)⁴², o 12º Encontro Nacional (2001). O 2º Congresso será marcado fundamental pelo PED (Processo de Eleições Diretas) para direção, diminuindo, consideravelmente, a possibilidade de influência das bases do partido nos rumos de sua direção política. É de se salientar que, nele, a resolução sobre alianças políticas é remetida para definição no Diretório Nacional, consolidando “carta branca” para nova direção. Defini-se que “o Diretório Nacional impulsionará a mobilização popular e, levando em conta as condições objetivas da conjuntura e das alianças do campo da oposição e da sociedade, definirá os próximos passos políticos e institucionais para derrotar FHC”. O 12º Encontro⁴³ é também bastante explícito frente à necessidade de ampliação das alianças para um campo fluidamente “antineoliberal”. O “modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e popular” deverá estar “sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os Direitos Humanos, na defesa de uma revolução democrática no país”. A alternativa deverá representar uma ruptura com a “herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo

⁴² A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se a “Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

⁴³ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao 12º Encontro Nacional do PT “XII ENCONTRO NACIONAL”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

mais recente.” Por outro prisma, preocupa-se em afirmar que “os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas” e “com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico”. Crescer “a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo”.

Já no processo eleitoral de 2002, comprometendo-se com a “Soberania, o emprego e a Segurança do povo Brasileiro” Lula propõe, em carta à população, a combinação entre “três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual, o alargamento do mercado interno e o investimento em infraestrutura e nos setores de ponta”⁴⁴. Já no Programa eleitoral “Um Brasil para Todos”⁴⁵, afirma-se a necessidade de um “Novo Contrato Social” que “favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente”, combatendo “o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo”.

Apontamentos para o Debate - A questão da incompletude do capitalismo e a estratégia democrática (nacional) e popular

O projeto democrático, pacífico, gradual e popular se apresentou, de forma mais acabada, após a Declaração do PCB de Março de 1958. Atualmente, as linhas divisórias e os impasses políticos dessa configuração estratégica se clarificam na observação da realidade concreta, no evoluir da estratégia democrática e popular consolidada no Lulismo.

Voltemos, então, ao nosso ponto de partida. Singer (2012) caracteriza o *Lulismo* como projeto nacional-popular baseado em aliança de classes que permitiria, de forma lenta e gradual, implantar um programa de redução à pobreza e ampliação do mercado interno de consumo de massas. Cindindo *alma de Sion* e a *alma do Anhmebi*, o radicalismo original classista das origens do PT seria arquivado pelo projeto popular e nacional. O *Lulismo* expressaria a síntese contraditória de ambas as almas fundidas em um só tempo. Ao perseguirmos a consolidação da estratégia petista afirmamos, no entanto, que o Lulismo é uma forma de expressão da estratégia democrática e popular, pois expressa a síntese de sua leitura sobre a formação social brasileira, a consolidação de um projeto para sua transformação e as opções táticas para alcançá-lo. Por outro

⁴⁴ “Soberania, o emprego e a Segurança do povo Brasileiro”, 2002, Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/compromissocomasoberania.pdf>

⁴⁵ A partir dessa citação todas as aspas e que se seguem referem-se ao “Programa de governo de 2002”. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>

lado, a estratégia democrática e popular expressa no Lulismo é resultante de um projeto hegemônico, que, fincado na força social de mobilização dos trabalhadores, alcança uma de suas tarefas estratégicas – a chegada ao governo. Portanto, o Lulismo não pode ser visto como um fenômeno descolado da estratégia que o sustenta. Ao contrário, as potencialidades e limites dessa mesma estratégia devem encontrar, no fenômeno Lulista, sua maior expressão.

Um terceiro elemento importante de ser ressaltado é que essa estratégia, ainda que tenha buscado se afirmar como “diferente de toda tradição anterior”, parece guardar, como foi possível perceber ao longo do caminho aqui percorrido, profundas semelhanças com estratégias do ciclo histórico anterior – a estratégia democrática e nacional (do PCB). É possível compor, atualmente, um quadro analítico mais claro. Observemos.

A *estratégia democrática e popular* surge afirmando-se enquanto negação histórica da *estratégia democrática e nacional* e alguns de seus principais fundamentos: a) a necessidade de uma etapa (ainda) burguesa da revolução brasileira; b) a efetivação dessa etapa em aliança com a burguesia nacional e/ou outras frações burguesas; c) um programa que supunha tarefas democráticas, nacionais, antiimperialistas, antifeudais e antimonopolistas, tarefas para consolidação da revolução brasileira e com vistas a suplantar o semicolonialismo e o semifeudalismo. Ainda que a via institucional-legal e a pressão pacífica de massas casadas às reformas estruturais tenham sido as principais convergências entre a formulação pecebista e petista, no desenrolar do processo histórico os demais pontos nevrálgicos da estratégia anterior curiosamente reaparecem afirmando: a) a necessidade de uma etapa democrática e popular da revolução brasileira; b) a efetivação dessa etapa a partir de um amplo arco de aliança promovida em torno de um novo “pacto social”; c) um programa que supõe tarefas democráticas, antiimperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas, que buscariam suplantar a característica dependente e desigual do capitalismo brasileiro. Buscando consolidar a hegemonia jamais conquistada pela burguesia, o projeto popular precisaria, em sua primeira etapa, suplantar o capitalismo dependente e autoritário.

Fundamentadas basicamente na estrutura desigual do capitalismo brasileiro, as estratégias do PCB e do PT retrocedem frente à articulação dialética das tarefas dentro da ordem e contra a ordem, e cindem a relação não excludente entre o momento econômico corporativo e o ético-político. Neste sentido, efetivam uma estratégia por etapas, consolidando um momento de completude do capitalismo. A *incompletude do*

capitalismo implica, portanto, num nexu vertebral, porém sub-reptício, que imbrica o sentido de incompletude da revolução burguesa com o de capitalismo incompleto. Se fundem, aqui, duas problemáticas articuladas: o processo particular de acumulação primitiva no Brasil – desenvolvimento da questão agrária, subsunção real do trabalho ao capital e formação de um mercado interno de consumo e de trabalho – e a discussão sobre a expressão democrático burguesa desta revolução.

Ao realizar-se, a *estratégia democrática e popular* revelará sua semelhança com toda tradição da esquerda anterior. Carente, no entanto, da ampliação do seu **mercado interno de consumo** e da **democratização das relações entre Estado e sociedade civil, sob hegemonia e protagonismo** dos trabalhadores, seria sua tarefa efetivar, ainda, os compromissos da revolução burguesa. O capitalismo sem revolução burguesa, essa forma estranha que permaneceria sempre “fora do lugar”, encontraria, então, a hegemonia que precisava.

Nessa trama, a perspectiva do *desenvolvimento incompleto* do capitalismo brasileiro leva os dois maiores instrumentos organizativos da classe trabalhadora a fincar tarefas burguesas como interlúdio às socialistas, mesmo quando o capitalismo já estivesse desenvolvido. Indicando o grau de parentesco que resguardam, tais estratégias se revelam, na verdade, uma única: uma *estratégia nacional, democrática e popular*.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946, p.323.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada – A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Referência a Resoluções e Documentos Partidários

Resolução Política do III Congresso Nacional do PCB (1929). Disponível em:
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

Manifesto de Agosto de 1950. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/view

Resolução Política do IV Congresso Nacional do PCB (1954). Disponível em
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=142:resolucoes-do-iv-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

Declaração de Março de 1958. Disponível em:
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate

Resolução Política do V Congresso do PCB (1960)
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

Carta de Princípios do PT, aprovada em 1º de Maio de 1979. Disponível em:
https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf

PONTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA. Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT. Extraído de Mario Pedrosa. Sobre o PT. São Paulo, Ched, 1980, p. 83-106.

O PT E OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES. Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista. 6 p.

Por um Brasil Democrático e Popular. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS p. 14.

Manifesto do Partido dos Trabalhadores. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 65-6.

Plataforma Eleitoral Nacional. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*.

O PT E OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES. Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista. 6 p.

3º Encontro Nacional do PT, “Teses para a atuação do PT”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

4º Encontro Nacional do PT, “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986/87/88”. Disponível em: www.fpabramo.org.br.

5º Encontro Nacional do PT, “Resoluções Políticas”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

6º Encontro Nacional do PT, “As eleições presidenciais e a candidatura Lula”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

6º Encontro Nacional do PT, “Plano de Ação de Governo”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

7º Encontro Nacional do PT, “O Socialismo Petista”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

7º Encontro Nacional do PT, “Conjuntura e Tática”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

Por um Brasil Democrático e Popular. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS p. 14.

1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

8º Encontro Nacional do PT, “Por um Governo Democrático e Popular”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

10º Encontro Nacional do PT, “RESOLUÇÕES POLÍTICAS”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

11º Encontro Nacional do PT, “RESOLUÇÕES POLÍTICAS”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

Encontro Extraordinário do PT, “O Fim de um Ciclo”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Disponível em www.fpabramo.org.br

Uma Revolução Democrática no Brasil - Bases do Programa de Governo Partidos dos Trabalhadores, 1994.

Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

12º Encontro Nacional do PT “XII ENCONTRO NACIONAL”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

Carta “Soberania, o emprego e a Segurança do povo Brasileiro” & “Programa de governo – Um Brasil para Todos”, 2002.